

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CCJC AO PROJETO DE LEI Nº 3.158, DE 2025

Torna hediondos e insuscetíveis de fiança os crimes sexuais contra vulnerável e os crimes relacionados à pedofilia que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências", e acrescenta os incisos VI e VII ao art. 323 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal, a fim de tornar hediondos e insuscetíveis de fiança e os crimes sexuais contra vulnerável e os crimes relacionados à pedofilia que especifica.

passa a vigorar	com a seguinte redação:
	"Art. 1°

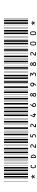
XIII – corrupção de menores (art. 218); satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A); e divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (art. 218-C).

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990,

Paragraio	uriico.	 	 	

VII – nos arts. 239, caput e parágrafo único, 240, caput e § 1°, 241, 241-A, caput e §§ 1° e 2°, 241-B, 241-C, caput e parágrafo





Danéanafa insiaa



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

único, 241-D, caput e parágrafo único, e 244-A, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990." (NR)

Art. 3º O art. 323 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 323.	 	

VI- os crimes previstos nos arts. 217-A, caput e §§ 1° a 4°, 218, 218-A, 218-B, caput e §§ 1° e 2°, e 218-C do Decreto-lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940;

VII – os crimes previstos nos arts. 239, caput e parágrafo único, 240, caput e § 1°, 241, 241-A, caput e §§ 1° e 2°, e 244-A, caput e §§ 1° e 2°, da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 2025.

Deputado PAULO AZI Presidente



